nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de marco de 2017.

29 de maio de 2017. — O Diretor-Geral, Artur Manuel Reis Lami. 310535454

Despacho (extrato) n.º 5352/2017

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do meu despacho de 21 de fevereiro de 2017 e, obtida a anuência da Diretora-Geral das Autarquias Locais, se procedeu à consolidação da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal da Direção-Geral das Atividades Económicas, da técnica superior Carolina Couto de Albuquerque Leitão Arenga, ao abrigo do disposto no artigo 99.º do Anexo à referida lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionada na 2.º posição remuneratória e no nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de março de 2017.

29 de maio de 2017. — O Diretor-Geral, *Artur Manuel Reis Lami*. 310535479

Despacho (extrato) n.º 5353/2017

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do meu despacho de 21 de fevereiro de 2017 e, obtida a anuência do Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, se procedeu à consolidação da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal da Direção Geral das Atividades Económicas, do técnico superior José Pedro Pereira Neto Vieira, ao abrigo do disposto no artigo 99.º do Anexo à referida lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado na 2.º posição remuneratória e no nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de março de 2017.

29 de maio de 2017. — O Diretor-Geral, Artur Manuel Reis Lami. 310535502

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Aviso n.º 6800/2017

Torna-se público que, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, foi autorizada, com efeitos a 17 de maio de 2017, a consolidação definitiva da mobilidade interna, de Hélder Augusto Almeida Palma para ocupar um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional no mapa de pessoal do Turismo de Portugal I. P., mantendo a posição remuneratória e nível remuneratório da situação jurídico-funcional de origem.

31 de maio de 2017. — A Diretora Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*.

310536475

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5354/2017

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabeleceu o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), entre os quais se inclui o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), para o período de programação de 2014 a 2020, tendo a estrutura operacional dos FEEI sido repartida entre os vários programas operacionais e os programas de desenvolvimento rural.

Nos termos do n.º 8 do artigo 19.º daquele decreto-lei foi atribuída às autoridades de gestão dos programas a natureza de estrutura de missão, a criar ao abrigo do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro. Neste contexto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2014, de 30 de outubro, criou a estrutura de missão para o programa de desenvolvimento rural do Continente, designada autoridade de gestão do PDR2020.

O Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, estabeleceu o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucio-

nal, tendo-me sido acometida a missão de formular, conduzir, executar e avaliar as políticas em matéria agrícola, agroalimentar, silvícola, de desenvolvimento rural, bem como planear e coordenar a aplicação dos fundos nacionais e europeus destinados à agricultura, às florestas e ao desenvolvimento rural. No âmbito do desempenho desta missão, o PDR2020 revela-se um instrumento privilegiado para a prossecução dos objetivos do programa do Governo.

Tendo o licenciado Rui Manuel Costa Martinho, gestor adjunto da autoridade de gestão do PDR 2020, sido designado como Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., através do Despacho n.º 2740-F/2017, de 30 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, 2.º Suplemento, de 31 de março de 2017, importa proceder à sua substituição, mediante a nomeação de novo gestor adjunto da autoridade de gestão do PDR 2020.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 30.º do citado decreto-lei, conjugado com o n.º 10 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, a autoridade de gestão do PDR2020 é livremente designada pelo Ministro da Agricultura, das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º dos respetivos estatutos, publicados no anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e republicados pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, que alterou a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que se pronunciou favoravelmente.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 10 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pelo artigo 4.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e no n.º 4 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, determino o seguinte:

- 1 É designado o mestre Hélder José Henrique Bicho para o cargo de gestor adjunto da autoridade de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020), criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2014, de 30 de outubro.
- 2 A presente designação fundamenta-se na reconhecida aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação do designado, conforme resulta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.
 - 3 O presente despacho produz efeitos a 1 de junho de 2017.
- 31 de maio de 2017. O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Hélder José Henrique Bicho Data de nascimento: 24/11/1955 Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações Académicas

1994 — Mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia;

1987 — Curso de Pós-graduação em Estudos Europeus, dominante económica, na Universidade Católica Portuguesa;

1980 — Licenciatura em Engenharia Agronómica, pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, especialidade de Economia Agrária.

Experiência Profissional

Desde novembro de 2014 — Presidente do Conselho de Administração da Floresta Atlântica e Vogal do Conselho de Administração da AGROCAPITAL — Sociedade de Capital de Risco, S. A.;

De abril de 2013 a novembro de 2014 — Presidente do Conselho de Administração da Floresta Atlântica — Sociedade Gestora de Investimento Imobiliário, S. A.;

De agosto de 2005 a abril de 2013 — Assessor do Conselho de Administração do IFADAP/INGA, (atual IFAP) tendo desenvolvido diversos trabalhos, designadamente, o Relatório no âmbito do Apuramento de Contas do FEOGA-Garantia — Inquérito n.º 2006/002 e o Relatório sobre a execução financeira, nos exercícios de 2005 a 2008, das principais ajudas diretas no âmbito da PAC;

De novembro de 2002 a agosto de 2005 — Vogal do Conselho de Administração do IFADAP/INGA, com o pelouro da gestão de ajudas comunitárias aos produtores, nomeadamente, os pagamentos diretos e os apoios integrados no Desenvolvimento Rural, referentes às medidas agroambientais e às zonas desfavorecidas, bem como a gestão dos protocolos celebrados com as Organizações Agrícolas:

protocolos celebrados com as Organizações Agrícolas;
De março de 1996 a novembro de 2002 — Vogal do Conselho Diretivo do INGA, responsável pela gestão das matérias relativas ao pagamento das ajudas aos agricultores, as medidas de intervenção e de regularização dos mercados agrícolas e a gestão dos protocolos celebrados com as organizações agrícolas;

De novembro de 1995 a março 1996 — Técnico na Direção de Inspeção do IFADAP;

De julho de 1992 a novembro de 1995 — Assessor do Diretor-Geral da Direção-Geral dos Mercados Agrícolas e Indústrias Agroalimentares, tendo como principal função a elaboração e divulgação do Plano de Regionalização das Culturas Arvenses;

De março de 1989 a julho de 1992 — Assessor do Diretor-Geral

De março de 1989 a julho de 1992 — Assessor do Diretor-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Agricultura, onde desempenhou a função de Coordenador do Grupo de Trabalho que concebeu o Programa NOVAGRI, no âmbito do PEDAP;

De setembro de 1981 a Março de 1989 — Técnico do Departamento de Agricultura do Banco Pinto e Sotto Mayor.

310537699

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Despacho n.º 5355/2017

Por meu despacho de 14 de novembro de 2016, e após anuência da Senhora Diretora-Geral da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, foi autorizado o início de funções em regime de mobilidade interna, do encarregado geral operacional José Manuel Lopes e do encarregado operacional Paulo José Messias Apolo, para exercerem funções no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., nos termos do disposto no artigo 94.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de dezembro de 2016.

28 de abril de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

310466086

Despacho n.º 5356/2017

Por meu despacho de 16 de maio de 2016, e após anuência do Senhor Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português de Acreditação, I. P., foi autorizado o início de funções em regime de mobilidade interna, da técnica superior Maria Cármen Reguero Silva Fernandes Rosado, para exercer funções no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 94.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de janeiro de 2017.

28 de abril de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

310465965

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 6801/2017

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 16 de maio de 2017, foi homologada a avaliação final do período experimental da trabalhadora Maria Sara Mendes Gonçalves, o qual foi concluído com sucesso, com a classificação final de 15,42 valores, de acordo com o processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal deste Instituto, sendo o tempo de duração desse período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

17 de maio de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, Frederico Falção

310533056

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho n.º 5357/2017

I — Através do aviso (extrato) nº 14425/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221 de 17 de novembro, e nos termos do publicitado na BEP sob o código de oferta de emprego OE201611/0284, de 21 de novembro de 2016, publicitou-se o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de chefe da Divisão de Gestão Financeira desta Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

II — Concluído o respetivo procedimento concursal e de acordo com proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos n.ºº 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, nomeadamente a conferida e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para provimento do referido lugar, o licenciado Miguel Cristiano da Silva Estevão, da carreira de técnico superior do mapa de pessoal desta direção regional, no cargo de chefe da Divisão de Gestão Financeira.

III — O nomeado possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

IV — A designação produz efeitos à data do presente despacho.

6 de fevereiro de 2017. — O Diretor Regional, Fernando Severino.

Curriculum Vitae

Nome — Miguel Cristiano da Silva Estêvão Habilitações académicas:

Licenciado em Gestão Financeira pela Universidade do Algarve com a classificação final de 14 valores.

Experiência Profissional:

No período de dezembro 1997 a maio 2002 — foi colocado, por Despacho, na Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, desempenhando funções de controlo financeiro dos projetos comunitários em que a Direção Regional de Agricultura do Algarve era a entidade beneficiária.

Em 20 de janeiro de 1998, ao abrigo do Despacho Interno n.º 02/98 — Colaborou em estudo realizado sobre a receita da Direção Regional de Agricultura do Algarve.

Em 24 de novembro de 2000 — Integrou o grupo de trabalho criado para apoio à introdução do Euro na Direção Regional de Agricultura do Algarve.

A, 17 de maio de 2002, por despacho, passou a desempenhar as funções inerentes à Chefia da Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, nos impedimentos e ausências da titular do Cargo, acumulando com as funções que já desenvolvia nesta Divisão.

No período de 06 de novembro de 2002 a 28 de fevereiro de 2007, desempenhou as funções de Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, inicialmente em regime de substituição (por 6 meses) e subsequentemente, por nomeação em comissão de serviço, mediante concurso com efeitos a partir de 21 de maio de 2004 (Despacho n.º 12923/2004).

Em 12 de abril de 2007, foi nomeado na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, em regime de substituição, para o cargo de Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, Unidade Orgânica com as competências supervenientes do n.º 3 do 2.º ponto do Despacho n.º 10007/2007.

Desde 12 de julho de 2010 até à presente data tem desenvolvido sem interrupções o cargo de Direção intermédia de 2.º grau, atualmente como Chefe da Divisão de Gestão Financeira, unidade orgânica flexível criada através do despacho interno n.º 18/2012 datado de 05/10/2012;

Provido em 12 de julho de 2010 no cargo de Chefe Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, teve a sua comissão de serviço mantida pelo Despacho n.º 13519/2012 de 17 outubro 2012 publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 201 de 17 de outubro de 2012 quando a Divisão de Gestão Financeira sucedeu à Divisão Gestão Financeira e Patrimonial unidade orgânica flexível criada pelo Despacho n.º 10007/2007 de 10/04/2007, nos termos das alterações motivadas pela portaria n.º 305/2012 de 4 de outubro, que determinou nova composição da estrutura nuclear da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, superveniente do decreto regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril. Subsequentemente teve a sua comissão de serviço renovada através

Subsequentemente teve a sua comissão de serviço renovada através do Despacho n.º 8585/2013 publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 125 de 2 de julho de 2013, pelo período de três anos, com efeitos a 23 de agosto de 2013, como Chefe da Divisão de Gestão Financeira, tendo terminado a comissão de serviços no dia 22 de agosto de 2016.

Após 22 de agosto de 2016, através do Despacho n.º 11780/2016 publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 190 de 3 de outubro de 2016, foi mantido em regime de gestão corrente como Chefe da Divisão de Gestão Financeira, situação que persiste à data da presente nomeação.

Formação Profissional complementar

Curso: «Inovação Estratégica e Inteligência Competitiva — 3718/6» (reciclagem FORGEP), realizado de 7 de março a 5 de abril 2016 nas instalações do IFAP, ministrado pelo Instituto Nacional de Administração nas instalações do IFAP, com a duração de 60 horas;

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), promovido pelo Instituto Nacional de Administração, com a duração global de 120 horas em regime presencial mais 60 horas e-learning, realizado de 6 de fevereiro a 28 abril de 2006

310536831